



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

ATA N.º 5/2023

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.**

A Assembleia Municipal de Borba reunida em 27 maio de 2023 com a presença da totalidade dos seus membros, e sob Presidência da Senhora Maria João Barroso Lopes, secretariada pelo senhor Jorge Manuel de Oliveira Pinto e pela senhora Sara Cristina Alpalhão Anselmo, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Período para intervenção do público

PONTO DOIS: Período Antes da Ordem do Dia

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia

PONTO TRÊS PONTO UM: Apresentação da proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Deliberação da proposta de PERU/ORU de Borba

PONTO QUATRO: Segundo período de intervenção do público

Tendo presente o n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13 de 12 de setembro lavra-se a presente ata.

Estiveram presentes os membros: Paulo Vicente Ramos Mendanha; Sara Cristina Alpalhão Anselmo; José Joaquim Figueiredo Banza; João António Ameixa Morgado; Maria João Barroso Lopes; Luís Carlos Felizardo Pardal; Hugo Alexandre Godinho Mendanha; Patrícia Isabel Carola



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

Cabaço; Jorge Manuel de Oliveira Pinto; Virgolino Joaquim Calhau Canhoto; Ana Teresa Machado Ratinho; Nelson Joaquim Gomes Gato; Joana Lopes Morgado Véstia; Lino Duarte Moreira Amaro; Miguel António Ramos Mendanha; Leonel António Valentim Infante; Maria da Luz de Sousa Lopes Morgado Véstia; João André Pires Lopes; João Pedro Martins Leitão.

Verificou-se a ausência dos membros: Rui Miguel Tavares Nobre Franco, que justificou a sua falta cuja a justificação se arquiva em pasta anexa como o **(documento n.º 1)** e foi substituído pela membro Patrícia Isabel Carola Cabaço; Agnelo dos Anjos Abelho Baltazar, foi substituído pela membro Ana Teresa Machado Ratinho; Vanda Cristina Branco Godinho, foi substituída pelo membro João António Ameixa Morgado; Paulo Jorge Panasco Aires foi substituído pela membro Hugo Alexandre Godinho Mendanha, cuja totalidade das justificações se arquiva em pasta anexo no **(documento n.º 2)**; Maria Margarida Alexandre Cordeiro que justificou a sua falta cuja a justificação se arquiva em pasta anexa como o **(documento n.º 3)** e foi substituída pelo membro Luis Carlos Felizardo Pardal;

Após efetuada a chamada, tomou posse a senhora membro:

Ana Teresa Machado Ratinho

PONTO UM: Período para intervenção do público

O Senhor Ângelo Sá dá início à sua intervenção cumprimentando todos os presentes, acrescentando que esta primeira intervenção, no fundo opinar um pouco sobre o que se tem passado neste país à “beira mar plantado” sobre os instrumentos de planeamento. Nos anos oitenta o que era preciso era os Municípios receberem dinheiro da Comunidade Europeia. Foram PDMs feitos a correr só porque era necessário, mas esqueceram-se de um pequeno pormenor! É que os instrumentos depois que vieram a seguir quer os “Prots” quer os Planos Nacionais, que acabaram por não dar por terra grande parte dos PDMs, mas isto também os PDMs são o que são! Quero dizer o seguinte: os instrumentos de Planeamento são fundamentais para os Municípios, e que é bom que fique claro, porque pediram auxílio técnico numa bancada deste lado ou pelo menos um elemento, para lerem estes documentos que vão ser aqui apresentados. É bom que se diga que estes instrumentos, não são os instrumentos da equipe que os elabora, aliás são eles tecnicamente



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

que os fazem, mas têm que ter por detrás orientações políticas e é fundamental que eles existam, sob pena de os técnicos a seu belo prazer façam o que lhe dá na sua real gana.

PONTO DOIS: **Período antes da ordem do dia**

O membro **Paulo Mendanha**, cumprimenta todos os presentes, dizendo que a sua intervenção se prende com um voto de louvor, no período antes da ordem do dia, por mérito desportivo, quer irá ler, mas antes disso, dá uma saudação, ao Grupo Desportivo Cultural de Rio de Moinhos e felicitações ao Miguel Piteira que passou a figurar entre os melhores atletas do Ranking Nacional.

O Voto de louvor é ao Grupo Desportivo Borbense e à sua equipa de infantis de futebol nove.

“Voto de Louvor por Mérito Desportivo

O Sport Clube Borbense (Borbense), que tem contribuído de uma maneira ou de outra para o crescimento e continuidade do associativismo em Borba, sendo por excelência elemento de extrema relevância nas iniciativas culturais, recreativas, desportivas e sociais do Município, continua a elevar o nome de Borba. A Equipa de Infantis de Futebol do Sport Clube Borbense conquistou, neste mês de maio, o título de Campeão Distrital em Infantis de Futebol 9. Dos vinte cinco jogos realizados, o Borbense venceu vinte e quatro, e conta com 166 golos marcados, é o regresso do Sport Clube Borbense às conquistas neste escalão.

O Borbense tem recebido vários prémios, nas Galas de Futebol Distrital Eborense, promovidas pela Associação de Futebol de Évora, fruto do trabalho desenvolvido pelos atletas, equipas técnicas e dirigentes do Borbense, refletindo também o apoio proporcionado pelo Município de Borba. O Borbense tem vindo a apostar forte na formação e tem participado em todos os escalões de futebol da Associação de Futebol de Évora, desde os Petizes e Traquinas até aos Seniores. Recentemente viu ser-lhe renovada, pela Federação Portuguesa de Futebol, a certificação com 3 estrelas no âmbito do processo de Certificação de Entidades Formadoras de Futebol. O empenho de Todos tem levado a que vários atletas, masculinos e femininos, sejam convocados para a Seleção Distrital de Futebol bem como a que os grandes clubes do futebol



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

nacional, estejam cada vez mais atentos ao percurso dos atletas do Clube, tendo vindo a solicitar a presença dos atletas, nos treinos de observação. Referir ainda que atletas, agentes desportivos e adeptos do Sport Clube Borbense já foram admoestados com o Cartão Branco por algumas vezes, este cartão visa promover o desportivismo e Fair Play, reconhecendo comportamentos eticamente relevantes, de atletas, elementos do staff ou adeptos e outros agentes desportivos, como sinal de reconhecimento pelas suas boas práticas ao longo dos jogos. Neste sentido, o Voto de Louvor é extensível ao Sport Clube Borbense, à sua Equipa de Infantis de Futebol 9, que pelo esforço, persistência, motivação e dedicação demonstrada, conseguiram estes notáveis títulos e prémios com notória importância para a promoção do desporto. Neste contexto, vem a Assembleia Municipal de Borba reconhecer e louvar o mérito desportivo alcançado pelo Sport Clube Borbense, pelos atletas, equipas técnicas e dirigentes do Borbense e louvar a Equipa de Infantis de Futebol 9, o mérito desportivo alcançado pelos atletas, equipa técnica e dirigentes, pelo trabalho, empenho e dedicação, e também louvar todos os jovens naturais do Concelho de Borba, que com o seu esforço e empenho contribuem para o desenvolvimento do Concelho e levam o nome de Borba mais alto.

Felicidades à Família Borbense.

“Que o sonho seja uma constante da vida”.

O membro Nelson Gato acrescenta que os eleitos do PSD entendem hoje por ser uma Assembleia extraordinária e por o tema em discussão ser demasiado importante para o futuro do concelho, guardar os problemas que existem para a próxima Assembleia e não fazer questões sobre coisas que sabemos que não estão ainda a correr bem, e que na próxima Assembleia vão estar ainda por fazer, não vamos perder hoje tempo com essas coisas e ouvir o que nos têm para dizer.

O Senhor Presidente da Câmara intervém cumprimentando todos os presentes. “Os planos que vamos aqui apresentar hoje tanto o PDM como a ORU/PERU, são naturalmente feitos por técnicos, mas quem os define e quem os decide sempre são os eleitos. Tecnicamente e acima de tudo da nossa responsabilidade. Devo dizer que tivemos a sorte de fazer três ou quatro reuniões de acompanhamento com a equipa do PDM onde houve contributos que felizmente foram aceites, porque eram pertinentes e dizer que fizemos apresentação Rio de Moinhos, Orada e Matriz e houve participação, e as pessoas perceberam. Por exemplo no caso da Casa do Povo da Orada, chegamos à conclusão, dito pelo Presidente da Junta que havia terrenos necessários para aumento da construção e felizmente foi revisto e proposto, portanto acima de tudo nós eleitos, assumimos



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

claramente esses dois planos que vamos discutir, sempre com interesse de Borba, pois podemos ser ambiciosos de uma coisa e pequeninos noutras coisas. Acima de tudo o que está em causa é o nosso concelho, visto de imediato e visto numa perspetiva futura.

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia

PONTO TRÊS PONTO UM: Apresentação da proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal

O senhor Arquiteto Lapão apresenta-se como coordenador de uma vasta equipa que constitui todas as disciplinas que são obrigatórias para desenvolvimento do plano, e em simultâneo articula também com a equipa residente da Câmara que tem efetivamente tido um envolvimento muito direto na construção de toda esta proposta, envolver todos os parceiros, agentes, e toda a comunidade, naturalmente com uma participação muito direta no ponto de vista político, que não deve ser de todo subestimada. Nessa perspetiva foi estruturada a análise feita ao território e o diagnóstico, evidenciando as circunstâncias mais potenciais do concelho e por outro lado, as circunstâncias mais em défice que o concelho tem na projeção do Plano para os dez anos.

“Na realidade tudo o que estava há pouco a referir dentro desta perspetiva de diagnóstico do concelho do ponto de vista da organização do território e das entidades que vão validar o plano, as quais temos que assumir, claramente, portanto, há um conjunto de informações mais de base determinadas entidades que tutelam o território, que nós temos de assumir dentro das propostas. As propostas constroem-se a partir desta realidade, mas constroem-se também no que temos de dar satisfação, e resolução a um conjunto de premissas de uma espécie de cadernos de encargos, que cada entidade tem, desde agricultura, à cultura, às infraestruturas, etc.

Por um lado, a partir desse diagnóstico, dessa caracterização, da ocultação o mais possível da população e em convergência direta com todos esses cadernos de encargos, passo a apresentar cinco pontos: sendo que o último é basicamente o cronograma (uma perspetiva do sítio onde estamos face ao início e ao fim), enquanto os outros falam de uma síntese elementar básica do que é a estratégia do desenvolvimento e o que é que o constitui.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

A proposta do ponto de vista técnico, suporta-se de uma planta de ordenamento, e condicionantes, com uma dimensão regulamentar importante. Tudo isto se traduz depois de numa planta de ordenamento e uma planta de condicionantes, as definições como os perímetros urbanos, uns o que são aglomerados rurais, outros as unidades operativas, ou seja, a instrumentação, a programação do território ao longo dos próximos anos.

Portanto a partir do PDM, sendo este o instrumento único que aborda o concelho na sua totalidade, são definidas prioridades e ações a outra escala, nomeadamente a escala urbana, escala rustica, etc., que abordam temas mais específicos do território, portanto o Plano tem essa perspetiva também de digamos projetar e de programar sobretudo o concelho para este novo modelo de reabilitação do território.

Por último há que salientar o programa de execução e plano de financiamento que esta num processo de muito entrave. O que nos interessa resumir é que há uma relação direta entre a estratégia e os grandes objetivos do plano e depois a sua manifestação direta num programa de execução e financiamento. Em resumo os vetores estratégicos são basicamente aquilo que nos pareceu relevante do ponto de vista da afirmação do concelho a partir da realidade existente dos desafios que existem de vários níveis nomeadamente, o novo regime jurídico de instrumentos de planeamento, etc.

O primeiro tem sido um tema bastante importante que é de facto aclarar a promoção da cultura ou seja afirmar a identidade do concelho nesta dimensão para além da cultura erudita e de outras manifestações do ponto de vista patrimonial do concelho numa perspetiva de globalização que temos hoje transversal a todo o universo, em que são muito importantes, do ponto de vista da identidade do concelho e do ponto de vista da sua projeção para proteger alguns valores, que são muitíssimos importantes, e colocá-los em valor da perspetiva do turismo, etc.,

A outro nível temos a proteção da salvaguarda dos recursos, do património, mas há efetivamente questões, de ordem de transformação do território, claramente a desvalorizadora da sua realidade, enquanto identidade de valor patrimonial e de salvaguarda dos seus recursos. E nos seus recursos um dos temas mais importantes que temos trabalhado bastante é o tema da paisagem e da relação da paisagem com o ordenamento do território e igualmente com tudo aquilo que hoje significa a importância que esta a estrutura ecológica principal e urbana. A estrutura ecológica principal, basicamente procura salvaguardar o que são os recursos mais importantes do ponto de vista da biodiversidade, etc., que concorrem exatamente para a melhoria das condições



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

de facto de ocupação e de gestão do território, nomeadamente no território rustico, a preservação da paisagem, ordenamento dentro da sua valorização foi um dos outros temas que temos também enfatizado.

Depois o tema propriamente dito da cidade, sabemos que a cidade acaba por ser neste caso e noutros, mas particularmente num concelho tão pequeno como o de Borba, acaba por ser o grande motor da economia, do social, de identidade etc., e é de facto na cidade que procuramos também trabalhar bastante ainda mais do que aquilo que é um caderno de encargos de básico do PDM, numa perspetiva sobretudo de definir uma espécie de programa para o desenvolvimento do plano de urbanização que não existe. Na realidade existe um conjunto de constrangimentos muito importantes para o desenvolvimento da cidade. A começar por uma questão determinante que é a perspetiva do rejuvenescimento da cidade e também da atenção à dimensão da longevidade. Há aqui um perfil do ponto de vista social que é preciso atender nomeadamente o envelhecimento da população com a atualização da cidade, com a economia e com o desenvolvimento. Tem sido também trabalhado o tema da reestruturação do sistema viário da cidade que permitisse outro desenvolvimento e outra forma de recuperar uma certa centralidade que Borba perdeu.

Outro tema também muito discutido, é uma nova perspetiva do conceito de Parque Industriais, ou seja, a de atividades económicas em que a dimensão logística da ciência e da tecnologia deveriam estar também muito presentes. Isto implica de facto uma releitura sobre as várias partes industriais que existem plasmadas no atual PDM e a aposta que aqui fazemos de um novo parque tecnológico, de conhecimento empresarial etc., que poderá vir a acolher atividades económicas de grande relevância para efetivamente o desenvolvimento do concelho.

Depois o tema da UNOR 2, que está a ser desenvolvido em particular também na sua revisão face a todos os constrangimentos que sabemos o que é a UNOR 2, ou seja, o tema da exploração dos mármorees num contexto anticlinal. O tema da UNOR 2 é um tema particularmente importante que queremos depois integrar e de alguma forma interagir com esta realidade que acaba por ser de facto determinante na gestão e na organização do concelho.

Por último o tema do modelo geral do ordenamento do território consiste no planeamento e na importância da cultura urbanística para o concelho, sendo importante face à relevância que tem no futuro próximo, tudo aquilo que nós conseguimos implementar como modelo de uma forma mais clara e transparente e mais acessível para a população em geral e mais determinada que acaba



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

por facilitar os investidores do concelho como a gestão da população com a autarquia, na vida quotidiana.

Relativamente à importância de Borba num contexto estratégico regional, ou seja, claramente aqui no eixo da A6 que é um tema que temos muito declarado face à localização do novo parque que propomos junto à Nora, a relação com o universo com Espanha, porque é de facto relevante. Nós estamos numa localização única a cinquenta quilómetros do grosso modo duas grandes cidades, Évora e Badajoz, praticamente à mesma distância. Estamos num eixo importantíssimo de desenvolvimento da área do Alqueva, tudo o que é seara, agroturismo, etc., podendo ter assim maior desenvolvimento económico, social e político.

O tema da paisagem basicamente tem a ver com estas duas realidades: A Bacia do Luceférit e por outro lado o tema da Ribeira de Borba desde o nascente, passando pela Quinta do General, até à Albufeira, até à Tapada Real. Nestes contextos são particularmente relevantes do ponto de vista da afirmação, quer da estrutura ecológica municipal quer da dimensão da paisagem dos vários pontos de vista. Aqui estão desenvolvidos os dois temas da relação de Santiago com o Luceférit e com a Serra de Ossa que a frente falaremos, portanto existe esta perspetiva de desenvolvimento mútuo.

Vimos aqui de grosso modo esquematicamente o que são as duas bacias que estamos a falar, sendo isto curioso que a nível de organização do território traduz-se numa matriz, claramente de uma leitura bastante evidente do que é o eixo anticlinal de Estremoz, Sousel, Alandroal, que é bastante visível, a Serra da Vigaria com todo o universo da exportação dos mármore e da UNOR

. Depois paralelo aqui temos o eixo do Luceférit e a bacia da Serra de Ossa, e depois a Ribeira de Borba neste contexto aqui a cidade intervala e depois varia que acaba por afirmar também esta ligação no ponto de vista geográfico deste contexto. Isto é o universo que das linhas de água do concelho que basicamente temos aqui na a cidade de Borba, a variante, o anticlinal e todo o universo à volta da ribeira de Borba e do Luceférit. Aqui a relação também que procuramos explorar de uma forma bastante evidente entre a ribeira do Luceférit e todo o contexto em relação com a biodiversidade e também sobretudo o campo de Batalha de Montes Claros, cujo o desenvolvimento é contíguo a esta realidade, já que do ponto de vista patrimonial duas realidades que queremos muito enfatizar e somar que é por um lado o património natural e por outro lado o património cultural



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

e acabam aqui por potenciar um único universo muito específico que queríamos também que fosse um facto estratégico de desenvolvimento do concelho.

Há que ver a importância da Ribeira de Borba na perspetiva do ponto de vista urbanística, ele acaba por ter uma influência determinante no novo perfil de cidade uma vez que está em causa aqui quer a revogação, quer o desenvolvimento de novos estudos, nomeadamente a área de intervenção da UNOR 2 com o qual é contíguo, o plano de intervenção norte, zona este de Borba, o espaço rustico, verso urbanizável. Do ponto de vista Patrimonial temos a Quinta do General, o Picadeiro, a Horta do Mosteiro, a Horta do Lobo, etc., aqui podemos ver uma relação direta, com a Ribeira.

Temos também estruturação na rede viária da cidade com grande influência, criando de uma nova via estruturante do que ligue a N4 à B4. Esta via que chamamos via estruturante permite-nos na realidade equacionar a cidade de uma forma diferente, ou seja, a sobrecarga que existe hoje em S. Bartolomeu, Rua 1º de Maio, etc. O crescimento da cidade para o interior do ponto de vista da qualidade, é preciso equacionar a estrutura viária ao nível das acessibilidades, do estacionamento, entre as ligações entre as várias áreas, etc.

Outro tema muito importante, é o tema do parque habitacional, como sabem os esforços da estratégia local de habitação é um problema que muitos têm. Um programa muito específico, um programa que vai efetivamente acolher situações de bastante relevância do ponto de vista social, da coesão social, do ponto de vista da comunidade, ou seja, o parque habitacional, a habitação em si mesmo, é sempre um tema e em particular na cidade de Borba que acaba por se traduzir num dos temas mais importantes.

Por outro lado o tema do espaço publico, o tema da rua e o tema da importância da cidade como motor económico, relacionado muito com o vinho e da vinha e da cultura do mármore, etc., O tema da rua de facto em espaço publico o que se pretende é que haja uma associação maior de espaço publico para as populações, não como acontece hoje, de resto é pouco genérico termos poucas áreas urbanas a setenta por cento ou mais do espaço publico ocupado por casas ou estacionamento ou por vias de circulação e sobra áreas perfeitamente residuais nos intervalos desta realidade. O que queremos efetivamente é caminhar no sentido um pouco oposto a partir do espaço publico a para uso das populações quer do sentido lúdico de usufruir do espaço publico quer no sentido também de explorar o que é a qualidade de vida de espaço publico nomeadamente no âmbito do comercio e sobretudo, da restauração de esplanadas, desenvolver o tema da



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

gastronomia que é muito importante, mas que precisamos de estacionamento fácil, cómodo, não no centro da cidade. Acrescentar o coberto vegetal que é muito importante considerando o ponto de vista da questão da regeneração, ou seja, tudo a caminhar para uma alteração climática extremas em que efetivamente como é conhecido que é muito importante acabar por valorizar muito o espaço público no sentido de ganhar mais áreas de sombras, mais áreas de frio, mais espaço público que tenha qualidade nesse aspeto.

Por último o património, ou seja, há uma dimensão cultural da cidade que importa muito valorizar o que perspetivamos é na realidade a partir desta reprogramação da cidade e da reestruturação podermos atingir uma maior notoriedade do ponto de vista do património que existe efetivamente. A Câmara tem desenvolvido várias ações importantes no sentido da operação da musealização etc., mas efetivamente há muita coisa por fazer, há muita coisa para mostrar de uma forma mais evidente neste aspeto. A via estruturante que há pouco falava acaba por ser um dos temas mais estruturantes na projeção do programa do novo plano de urbanização em que na realidade dependerá do desenvolvimento com as entidades que tutelam nomeadamente as infraestruturas de Portugal a REFER que assumirá um papel determinante na cidade de planeamento diferenciado e misturar também com o universo já urbano da Nora e funcionar um pouco com alternativa face aquilo que existe, na realidade a cada um dos parques, neste caso o Parque da Cruz de Cristo e o Alto dos Baceiros

O Senhor Arquiteto nos próximos minutos passa a apresentar em tela desenhos do que anteriormente aqui descreveu com plantas de localização.

A Presidente da Assembleia Municipal informou que as sessões da Assembleia Municipal têm a duração de 3 horas. Posto isto, deixou à consideração do plenário, caso não houvesse tempo suficiente para debater o assunto em apreço, que se deixasse já agendada a próxima sessão com um ponto único, continuação desta sessão.

O membro Jorge Pinto desejou boa tarde a todos os presentes e disse:

“(…), eu vou dirigir-me muito em particular a cada um dos membros da Assembleia Municipal. Não me dirijo à Câmara Municipal, por dois aspetos fundamentais. Primeiro, no ponto de vista institucional, a Câmara Municipal tem ignorado de forma abusiva a Assembleia Municipal, uma vez que, está publicado legislação, de que a Assembleia Municipal de Borba faz parte da Comissão de Acompanhamento dos Planos e nunca foi convocada para tal efeito.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

O segundo aspeto, é que por minha iniciativa no início deste mandato, quando estava a exercer as funções de Presidente, por acordo das forças políticas, criamos e bem uma Comissão de Acompanhamento do Plano, para a sua melhor compreensão (...). Mas fazia parte do bom senso dessa situação, que nas reuniões de acompanhamento a Câmara estivesse estado presente nessas reuniões, situação com a qual sempre se ausentou.

Vou apelar à inteligência, no sentido crítico, á tomada de consciência dos membros da Assembleia Municipal, o debate que hoje estamos a iniciar, não vai ser um debate para 2023, mas é um debate sobre perspetivas no mínimo a 10 anos, na realidade 15 anos pelo menos nestas matérias.

Portanto são decisões de carácter estratégico, compete aos serviços Técnicos da Câmara a assessoria, ter o entusiasmo da sua propositura. Compete á Câmara Municipal, definir as suas estratégias, omitti-las e receber aquilo que vem da Comissão técnica (...), mas complete à Assembleia em exclusivo, a aprovação destes elementos. Isto é, a responsabilidade sobre aquilo que vier a estar nos Instrumentos de Ordenamento do Território, não é dos técnicos, das equipas, da Câmara Municipal, é da Assembleia Municipal.

Nos anos 80, a população de Borba era de 8800 habitantes. No princípio deste século era de 7800 habitantes. No final da primeira década do século XXI, eram apenas 7300 habitantes. Nos censos de 2021, são apenas 6400. O ritmo de decréscimo da população duplicou para uma velocidade de 13,5%.

Os Planos em Portugal têm contradições dentro dos Planos de Ordenamento Regional e os Planos Municipais e têm uma visão urbanística predominante em função do conteúdo do território. Um Plano de Urbanização saído de um PDM, pode ter regras mais ou menos apertadas para a edificação ou não edificação. Mas, um Plano Diretor Municipal, abrange a área total do território e não apenas os perímetros urbanos. Os seus maiores conflitos, são conflitos potenciais fora dos perímetros urbanos. Isto é a agricultura intensiva, o curso da água, poluição (...), são matérias que devem ser tratadas, mas os Planos Diretores Municipais, cingem na prática as condicionantes ás reservas ecológicas e ás reservas agrícolas e deixam *“laissez faire, laissez passer”*, nas mais restantes áreas, não podendo os Instrumentos de Planeamento, dar grandes diretivas, por exemplo ao ordenamento da agricultura, á exploração da água do subsolo (...). Isto são falhas dos Instrumentos de Planeamento.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

Os atuais Planos Diretores Municipais, que estão em revisão no país, têm um problema de conflito e que a equipa trata com uma palavra ao contrário, que é palavra de compromisso.

Os Planos Diretores Municipais, cingiram-se das suas áreas passadas, em grandes zonas de expansão não concretizadas, na maior parte dos territórios, mas que criaram situações expectantes para os seus proprietários, uma vez que o valor do metro quadrado de um terreno rústico, decuplica quando passa a terreno urbano.

Hoje, alguns dos problemas de vários municípios, é que ao ser-lhe imposto reduzir as áreas urbanas urbanizáveis vai criar conflitos porque, retira expectativas aos proprietários desses terrenos.

Um aspeto positivo é que os planos devem centra-se predominantemente na requalificação do espaço urbano existente na sua consolidação, na sua regeneração em vários sentidos.

O que eu vos apelo é que sejamos fortemente críticos e responsáveis por aquilo que temos presente independentemente da força política que representamos. Que saibamos dizer à equipa aquilo que é positivo e aquilo que é negativo (...), o que deve ser plasmado naquilo que falta, no sentido de minoramos os efeitos nefastos que vêm dos tais fatores ecológicos. Decréscimo da população, envelhecimento do casco urbano, falta de dinâmica económica exterior, do mercado (...).

Vou começar por um elemento que surge neste Plano e tem potencialidades de ser positivo, mas que na minha opinião está fortemente fragilizado.

Pedia que nos fosse mostrada a nova Via Estruturante e percebemos nos desenhos que ali estão, o que é que são os conceitos, entre saber se a nova Via Estruturante, é uma variante ou deve ser uma frente urbana.? Estou a falar de dois conceitos completamente distintos. No meu entendimento, o que nos é proposto, centra-se numa variante e não numa frente urbana.

Toda a sua envolvente da Quinta da Prata, previu os tais Instrumentos de Planeamento, a maior zona de expansão de Borba, que não se concretizou.

A concretização da iniciativa de crescimento urbano predominantemente habitacional em Borba, nos últimos anos, aconteceu quase exclusivamente por iniciativa privada, concertada na zona do Picadeiro.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

E na zona da envolvente da Quinta da Prata, privada também, não aconteceu! O que previa aumentar em 30 ou 40% a capacidade Borba, nada aconteceu, ou melhor, aconteceu:

- construção do Centro de Saúde;
- construção de um equipamento social – Aldeia Social;
- expansão da Adega Cooperativa,

Foram estes os três instrumentos estruturantes que ali aconteceram.

A primeira crítica que eu coloco é que este elemento deve ser repensado, e deve ter capacidade construtiva no sentido de não ser uma variante, mas uma frente urbana.

Ao contrário desta situação temos uma outra zona que está completamente congestionada, do ponto de vista da mobilidade e que mantém a sua capacidade construtiva não muito elevada (...), que é toda a zona que aqui temos do cemitério em diante e que tem vias in circuláveis (...), 700 metros de via congestionada, mas onde se permite a sua capacidade construtiva, que a acontecer agudizará nas suas condições, os constrangimentos de circulação e de qualidade de vida.

Zonas das Freguesias – é colocado que Santiago Rio de Moinhos, e é reduzido o seu perímetro urbano, porque não há procura e não necessário estarmos a criar grandes zonas expectantes.

Santiago Rio de Moinhos, tem um problema, que espero que não seja resolvido pela Lei do “tabaco”, que é a sua indústria de queijaria. Enquanto nós não assumimos uma solução, com intervenção pública local, que resolva esta questão, Santiago tenderá adivinhar (...), a posição dos empresários é passiva neste aspeto. Digo-vos que as perspetivas é que mais dia menos dia, dentro das questões ambientais, vir a Lei do “tabaco”, em que é proibido de uma vez por todas existirem lá queijarias. Temos de ter uma posição firme, objetiva e concretizável neste Plano, para Santiago.

O Barro Branco, tem dois núcleos históricos antigos, e tem uma zona de expansão que se construiu nos últimos 30 anos de qualidade, mas tem ao mesmo tempo um loteamento que lá está há mais de 20 anos, em que não foi construído um metro quadrado. Existe a necessidade de saber se o município intervém junto daquele proprietário no sentido de tornar mais acessível aos cidadãos a apetência para ir para aquela zona.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

Na Orada não existe um metro quadrado! Não basta desenhar é preciso concretizar, o pouco que a Orada crescerá.

A Cruz de Cristo nasceu em 1984, tem 14,1 hectares dos quais estão ocupados 12,5 hectares, e é aquilo que nos anos 90 se chamava Zonas Industriais. Já nesta altura era adverso ao conceito de Zonas Industriais, mas sim à concretização de Zonas de Atividades Económicas, que são conceitos diferentes (...).

No ano de 2000, foi criado o Alto dos Bacelos, que tem sofrido várias alterações na sua configuração e tem 48,6 hectares, dos quais ao fim de 20 anos estão ocupados 6,3 hectares. A situação que aqui está é que Borba tem a dimensão, as empresas e o mercado que tem (...). Não tem havido dinâmica suficiente para a desenvolver no seu essencial.

As Zonas de Atividades Económicas, não podem ser utilizadas na competitividade para serem atrativas á atividade económica. Cada local tem de desenhar estratégias de desenvolvimento económico assentes em clusters, aglomerados fundamentais, que tendo um investimento ancora (...), se possam desenvolver depois na atratividade.

Quais são os projetos ancoras de Borba?

É o mármore?

É o vinho?

É o gado?

É a tecnologia indústria, praticamente zero?

É a medicina?

Isto para referir o quê?

Uma plataforma logística como aquela que foi apresentada pelo arquiteto Manuel Lapão, necessita de uma rede viária que Borba tem! De uma rede ferroviária que Borba não tem! Não tem ponto aeronáutico, nem ponto marítimo!



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

Borba não tem escala para assumir uma placa de forma logística. Nós precisamos de ter áreas de implementação de atividades económicas, mas falar em plataforma logística, acho que é deturpar os conceitos.

O que é o conceito de Parque de Tecnologia? Um Parque de Ciência e Tecnologia, dinamiza a ligação entre a comunidade académica e o mundo empresarial. No propósito de criar valor num contexto internacional. Necessita de ter dois elementos fundamentais, que são: o saber universitário articulado com o mundo empresarial numa escala internacional. É isto que define um Centro Tecnológico e Científico! Fora disto podemos falar em Parques de Atividades Económicas, que tenham instaladas empresas de queijos, lojas de moda, Centros Comerciais (...), mas nunca constituirão um Centro Tecnológico, porque a primeira questão com que carecem, é de ter a ligação ao mundo académico.

É precioso saber se temos algum cluster, alguma atividade económica central, que dê a dimensão deste Centro. Aquilo, que nos é proposto de uma forma muito fraca, aberta e frontal pela Equipa é construir esta zona de atividades económicas, de 131,7 hectares, com duas fases (...), 131,7 hectares, numa ocupação de 38%, permitem a instalação modelar de 500 pavilhões com cerca de 1000m² cada um, multiplicando por cada um 10 postos de trabalho, é o dobro da população ativa de Borba neste momento. Então nós estamos a fazer um Plano para triplicar a população ativa de Borba? Com isto, não estou a dizer que aquela zona de atividades económicas, não deve ser perspectivada, concretizada, interiorizada.

O Instrumento Financeiro que nos foi distribuído ontem, prevê-se aqui um investimento de dois milhões de euros (...), mas ainda que por fases, cada fase tem de ter a sua concretização financeira, e se nós perspetivamos esta zona de atividades económicas a 60 euros o m², estamos a falar de 30 milhões de euros de investimento. São estes os números consistentes!

O Alto dos Bacelos está num alto, isto é, não tem sombras, é uma zona potencialmente apetecível para a instalação de fotovoltaicas. Neste momento as condições para as empresas fotovoltaicas, são contratos de terrenos a 30 anos, entre os 1200 e 1800 euros o hectare.

Muitos dos proprietários dos terrenos, abandonam a agricultura, destruindo o campo agrícola e alugam os terrenos para a instalação do sistema fotovoltaico. Por cada megawatt de energia instalado o Município recebe treze mil e quinhentos euros de prémio de licenciamento, porque na



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

pode indeferir um licenciamento. Se for possível na Zona do Alto dos Bacelos, vender a ideia de uma Central Fotovoltaica de 30 hectares. Ou, arrendar ao preço de 600 euros o m², estamos a falar de uma renda simbólica de 180 mil euros por ano, mas estamos a falar de um encaixe de 400 mil. São estas as questões a que o Plano tem de responder.

O esboço económico do Plano, o que o sustenta. Oito milhões de euros na habitação, PRR. Quantas propostas o senhor Presidente nos pode apresentar hoje aqui, de concretização com privados na Estratégia Local de Habitação. O problema é que o PRR, termina em 2026 e a verba não é infinita.

É nos dito que vamos investir na recuperação da Escola de Santiago Rio de Moinhos, (...), no Plano Nacional há 451 escolas que pertencem á primeira prioridade da recuperação do Parque Escolar. O PRR importa 300 milhões de euros a este Parque Escolar. A Associação Nacional de Municípios reedifica 600 milhões de euros. A construção do Parque Escolar destas 451 escolas, custa 3 mil milhões de euros, está financiada no PRR a 10%, o prioritário.

Por outro lado, era bom que fosse lido o Portugal 30 e o Alentejo 30, para sabermos quais são os eixos de financiamento.

É tudo um conjunto de situações que nós devemos refletir nesta assembleia, que devemos traduzir para a situação, sendo que nós precisamos ainda de saber uma outra questão. Das zonas urbanizáveis (terrenos), que ali estão, quais são os terrenos municipais? Quais são as condições de urbanização destes terrenos ou a falta de infraestruturas urbanas, para que possam ser alavanca do desenvolvimento, e não ficarem para trás, como se tem ficado nos últimos anos (...).

Refiro aos membros da Assembleia Municipal, não sejamos ignorantes, não tomemos por bom, nem por mau, tudo aquilo que nos é aqui proposto. Tenhamos, a plena consciência dos pontos fortes, dos pontos fracos e daquilo que queremos para Borba, para que seja viável, e que não tenha a potencialidade da má língua e da indecência de fragilidade a democracia.

Fazer Planos in concretizáveis e irrealistas, é adubo para populismo. Temos de ter os pés bem assentes na terra, temos de ser suficientemente dialogantes e temos de ter a capacidade de cruzar a informação, no sentido daquilo que é, um instrumento fundamental para os próximos 15 anos, não seja algo in concretizável, irrealista (...).

Que saibamos pegar em todas as inovações positivas, que lá tem, e as forcemos".



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

O membro **João Morgado** cumprimentou todos os presentes e disse “(...), não vou falar na parte urbana, porque o membro Jorge Pinto disse tudo, vou cingir-me ao tema da água e da agricultura intensiva.

Nasci agricultor, sou agricultor e quero por cá continuar, no nosso concelho como agricultor.

Neste momento mais de 1/3 da população do concelho depende da monocultura da vinha, com cerca de 2000 pessoas, direta ou indiretamente. Borba neste momento está dependente da vinha.

Como o membro Jorge Pinto falou, a agricultura de precisão também entra na vinha (...). Existem mapas que os satélites colhem que ajudam os agricultores a gerir os tempos de intervenção. Existe poupança! E só desta forma é que nós vamos conseguir ser competidores no futuro. Nós só vamos ser competitivos, conseguindo minimizar os custos de produção. Já não voltamos aos custos de produção antigos (arado, animais para lavrar os campos).

Temos de formar pessoas, temos de ter o conhecimento científico e tecnológico, ao dispor da nossa cultura, neste caso, vamos falar de vinha.

O Parque Tecnológico e Científico faz algum sentido, mas temos de “puxar” as universidades para trabalhar com os agricultores, incentivá-los a modernizarem-se, para que consigamos todos que a vinha plantada dure mais 30 anos e que os investimentos que foram feitos nas adegas sejam aproveitados e que o nosso concelho consiga chegar mais além.

Tenho aqui algumas perguntas:

- Com é que vamos conseguir no futuro manter o fornecimento da água. Neste momento não vejo planos nenhuns de armazenamento de água no nosso concelho e nas zonas de Estremoz, Sousel (...), são solos ricos em água (...).

A vinha é uma monocultura que não necessita todos os dias de água. Esta monocultura requer entre 600 a 1200 m³ de água e o olival requer no mínimo 4000 a 5000 m³ de água.

Para colmatar os défices da água, á cerca de 15 anos a trás, faziam-se furos de água, era esta a alternativa que se encontrou para a sobrevivência da sua parcela, e neste momento o que é certo é, que temos um concelho todo furado. Muitos dos furos artesanais secam com o passar do tempo. A freguesia da Orada no ano passado foi palco dessa situação.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

Todo o investimento que está feito numa cultura, onde nós não controlamos a eficiência da água é muito difícil de gerir. A água é um bem finito.

- Como é que vamos conseguir regar? Furos artesianos para sempre?

Para está fora de hipótese esta situação.

- Como garantir a sobrevivência da indústria agroalimentar, que trabalha dos produtos consequentes dos agricultores? Exemplo a FRUTECO (ameixas. Frutos secos (...))
- Temos de conseguir métodos de eficiência da água.

Uma pergunta que eu faço é: Terá o executivo previsto a construção de alguma barragem ou de algum ramal, que venha do Alqueva? Os furos artesianos, são uma alternativa pontual, não uma alternativa de futuro.

Temos de equacionar também, a água que é todos os dias bombeada das pedreiras e não é aproveitada.

Temos de pensar como é que vamos arranjar água para estas culturas e para estes agricultores.

Só para vocês terem uma noção da necessidade de água de alguns produtos:

- Cereal – consome entre 400 a 1000 m³ de água;
- Vinha – consome entre 600 a 1200 m³ de água;
- Olival intensivo – consome entre 4000 a 5000 m³ de água;
- Frutos secos – amêndoa requer um mínimo de 7000 a 9000 m³ de água;
- Frutos secos – nozes consomem no mínimo, entre 7 a 12 mil m³ de água por hectare.
- Brunhos – Rainha Cláudia, consomem no mínimo 4 mil m³ de água.
- Ameixas e damascos, consomem no mínimo 4 mil m³ de água.

Estas monoculturas que temos no concelho fixam população, por causa dos tempos de intervenção.

Quem retém a barragem de Veiros é um grupo de investimento (...). Deixava aqui a sugestão ao executivo para refletir, como aproveitar a água existente e não aproveitada, de forma a dar continuidade às monoculturas existentes no concelho. Uma ideia seria envolver os municípios de Estremoz, porque vive da mesma realidade que nós e o concelho de Vila Viçosa, seria uma mais valia para estes concelhos”.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

O membro **Nelson Gato** interveio e disse “(...)”, gostei muito de uma imagem que foi projetada, a nível de intervenções no nosso concelho, em que Borba apareceu, quase com uma ilha, e por vezes é isso que parece, quando analisamos a falta de planeamento e de visão estratégica, que está a acontecer neste concelho, Borba parece mesmo uma ilha (...), estamos a ficar isolados do resto.

A estratégia de reabilitar o perímetro urbano, o casco antigo é uma boa estratégia! É por aí que temos de partir. A redução do perímetro urbano não me preocupa.

Estou de acordo com algumas das sugestões apresentadas pelo membro Jorge Pinto, uma delas referente à possível utilização do Alto dos Bacelos, porque está visto, que para o que foi planeado não tem sucesso.

Este PDM não vem trazer solução para Rio de Moinhos, para o caso das agroindústrias (queijarias), aí instaladas. Está provado que os empresários não pretendem investir em novas unidades de produção. Mas se a câmara mostrasse o caminho, talvez fosse a forma adequada de manter as atividades. A Câmara pode incentivar (...), para mostrar a esses empresários, em conjunto, programas de desenvolvido, programas de modernização, fundos comunitários que possam existir, para que eles possam pensar em renovar as suas estruturas produtivas, dentro das condicionantes legais, saindo do perímetro onde estão integrados nas zonas habitacionais e resolvendo alguns dos problemas (...).

Em relação ao tema da Água, virar e vocacionar este Plano com iniciativas para a água não deixa de ser importantíssimo. A monocultura da vinha é um problema de futuro. Durante 30 anos alteram-se os clones produtivos que existiam, para serem mais produtivos, dando lhes mais água.

Se nós não tivermos uma estratégia, em relação ao aproveitamento da água existente, ao consumo da água, vamos ter problemas e problemas económicos. Se a cultura da vinha caí, caí uma parte significativa do concelho. Não afeta só a Adega Cooperativa, mas tudo o que está à sua volta.

O Parque Tecnológico, até pode ser uma boa ideia, mas lançada desta forma tão “desgarrada”, da realidade à nossa volta, não o será.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

Com a redução da população no nosso concelho, com o envelhecimento da mesma, com a população ativa cada menor, sem capacidade de atração de pessoas para o concelho, dificilmente esta ideia será viável.

A ideia que eu tenho relativamente à estratégia é que continuamos, neste concelho a trabalhar em cima do joelho. Continuamos a não fazer um planeamento sério e a longo prazo. Quando digo, isto, é a pensar na reinvenção das atividades económicas já existentes. A reinvenção daquilo que é o concelho.

Depois de olhar para o documento que nos foi enviado ontem, sobre o Plano Financeiro deste documento, isto parece que estamos a falar de trocos. Está tudo valorizado, como se pudéssemos negociar tipo "mercado". Como se fosse possível executar aquelas coisas com estes valores. Ou seja, se nem do Plano Financeiro do Plano, estamos a ser minimamente realistas, e os realistas hoje, implica que em cada concurso que é lançado, ou fica deserto porque não há candidatos, ou tem de se fazer uma reavaliação dos valores, para lançar novamente o concurso, é porque há qualquer coisa que não está a funcionar.

Deixava só esta reflexão: Mais Planeamento, mais Planeamento a longo prazo e Planeamento estratégico, mas com os pés assentes na terra".

A Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra e disse "(...), falam todos a longo prazo, planeamento, planeamento... é pena que ao olhar com o distanciamento que me é permitido, de quem não vivi aqui, é que nem o dia a dia está resolvido, e isso é o que mais me custa. Já dei os parabéns, por grande parte do Plano (PDM), acho que se deve valorizar tudo o que são recursos naturais.

Começo por dizer, que nem o básico temos!

Não temos uma rede de saneamento de água, e resíduos.

Não temos o problema da habitação resolvido.

Temos o casco histórico completamente despovoado.

Estamos a perder população.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

Ou seja, as condições do território, para além de muito pequeno, é insuficiente e já não tem condições para aqueles que cá estão. Obviamente, que temos de ser ambiciosos, mas nem uma rua por mês, para ser arranjada, desde que aqui foi dito, foi feito! Por isso eu parto do princípio, descrente, que qualquer Plano destes, e ainda por cima a longo prazo, não vai ser executado. Vai ser algo que está no papel, que tem modelos bem feitos, desenhados por pessoas que sabem e que o entendem, mas não vai ter aplicabilidade nenhuma. Desculpem, se estou a ser bastante pessimista. É isso, que me deixa preocupada.

Primeiro, tinha de estar feito o dia a dia (...), e não está em condições de se poder avançar com uma situação destas.

Só peço que este executivo pense no dia a dia! Pense naquilo que faz falta, para que ainda os poucos que aqui vivem, tenham orgulho e se sintam felizes e com condições para aqui viverem. Caso isso não aconteça, vão começar a procurar outros territórios.

Nós somos território do interior, somos pequenos, tudo ao nosso redor sofre com o abandono e com a desertificação, temos de pensar na intermunicipalidade. Se já existem associações para outro tipo de desenvolvimento, porque não fazer obras estruturais para elevar os concelhos, nós temos de ter essa perceção. Sozinhos, se calhar não conseguimos, mas juntos temos mais força. Temos de nos unir para coisas que são estruturantes.

A minha preocupação é a falta da base, do início. Todos queremos o melhor para Borba.

Sabemos que 60% da nossa água é desperdiçada. Não temos ainda a fibra ótica em zonas do nosso concelho. Temos de ter os pés bem assentes na terra, temos de ver as necessidades básicas, que o concelho necessita, para depois avançarmos para este tipo de Plano”.

O Presidente da Câmara Municipal interveio e disse “(...), pelo que ouvi esta terra é negra, nada é bom nesta terra.

Isto é um Plano que os eleitos gostaram. A equipa técnica trabalha, naturalmente se tivermos que corrigir alguma coisa, iremos fazê-lo com todas as pessoas aqui presentes. A Revisão do PDM, é de todos e para todos os Borbenses”.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Deliberação da proposta de PERU/ORU de Borba

A **Arquiteta Raquel Pereira** usou da palavra e disse “(...)”, nós vamos passar à apresentação da Operação de Reabilitação Urbana de Borba, coordenada pelo Plano Estratégico de Reabilitação Urbana.

Esta operação é concretizada através de um instrumento próprio e por isso é de tipo misto. Dá se nota que após a discussão pública da ORU e se esta Assembleia concordar, com o teor deste projeto que virá futuramente, acompanhar a proposta de deliberação da sua versão final, também a proposta de delimitação da ARU, nos termos em que foi aprovada por esta mesma Assembleia em 2019.

A proposta da ARU encontra-se completamente articulada, com a proposta de PDM e com a proposta que estamos a trabalhar, revisão, e também se encontra completamente articulada com os pressupostos do projeto ADAPTA Local - Plano de Adaptação às Alterações Climáticas, com que estamos a trabalhar no projeto, com a CIMAC e futuramente, os serviços onde propor a aprovação este plano.

A ORU/PERU é um plano de investimento que define uma estratégia para execução das ações nele previstas. Não em si um projeto nem é um instrumento de planeamento, portanto, é uma estratégia.

Após o que resultou do que nós consideramos que foi entendimento, das considerações que foram feitas na Assembleia Municipal em junho do ano passado e também do que resultou da reunião de acompanhamento, com membros da Assembleia, a proposta agora apresentada, pretende apresentar e integrar essas considerações explanas, criticadas, sugeridas (...). Em resumo pretende apresentar os entendimentos expressos pela Assembleia Municipal.

Basicamente, a proposta integra novas situações que são o reforço montante em algumas propostas de intervenção no espaço público, com grande destaque para a criação de apoio a indivíduos e famílias carenciadas no valor de 3 milhões de euros. A proposta de elaboração de regulamento de apoio, precisamente a indivíduos e famílias carenciadas para intervenções em habitação. A proposta a atribuir na área de reabilitação urbana, no que toca ao formar um gabinete de habitação e reabilitação urbana. A descrição das intervenções previstas no espaço público, com definição dos seus princípios. A descrição dos procedimentos administrativos, que o gabinete de



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

habitação e reabilitação urbana, terá que integrar para poder conceder, atribuir os benefícios fiscais previstos na ARU.

Também definimos uma listagem com as intervenções que nós propomos que sejam mais prioritárias.

O Arquiteto Rui Rodrigues usou da palavra e disse “(...)”, depois das anteriores apresentações e continuámos a evoluir o trabalho, hoje vamos essencialmente centra-nos nas propostas de documentação no terreno da Estratégia da ORU e da PERU. Na prática (...), vamos começar Reabilitação e Qualificação das Infraestruturas. Como já foi aqui falado, na questão do PDM, também nesta área temos estes problemas. Entendo a área da ORU como um espaço, que se falámos e hierarquia de Planos, não sendo isto bem um Plano, na prática teríamos PDM, PU, ORU, com uma parte da zona que será o futuro PU, que derivará desta alteração de PDM. Na nossa área temos:

- Requalificação e Qualificação de Infraestruturas - será basicamente, toda a área que será preciso intervir.
- Sistema de circulação e estacionamento e requalificação urbana - nos temos uma zona de circulação praticamente caótica, existem zonas que mal comportam a circulação num sentido, dentro de toda a área. São situações que temos que definir sem ser no papel, com tempo e com muita calma, porque é uma questão muito sensível. É preciso ordenar, regar para o bem estado dos cidadãos e da população.

A Presidente da Assembleia Municipal interrompeu e informou “(...)”, temos 3 horas desta sessão, pergunto – quanto tempo estima ocupar a sua apresentação?”

O Arquiteto Rui Rodrigues respondeu “(...)”, 15 minutos”.

A Presidente da Assembleia Municipal continuou “(...)”, sugeria-vos para não estarmos a fazer uma nova operação de reagendamento de outra sessão, se pudemos prolongar por mais meia hora e terminamos os nossos trabalhos por volta das 14 horas, terminando assim este ponto.

Pedia-vos que reavaliassem as vossas intervenções, para que possamos concluir hoje os trabalhos.

Concordam?”



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

O Plenário concordou com a sugestão apresentada pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal.

O Arquiteto Rui Rodrigues continuou “(...) , nesta área e ainda numa expectativa em espaços públicos e em intervenção de obra em espaços públicos e de infraestruturas, verificámos que havia zonas que precisavam de intervenções urgentes.

- o O Largo Gago Coutinho e Sacadura Cabral – tem um estacionamento que basicamente ninguém usa, a não ser para estacionar”.

Seguidamente, apresentou através de slides, mais algumas situações caóticas de estacionamento e circulação. Onde estavam englobadas a zona envolvente ao Castelo. A Igreja de São Bartolomeu, onde o espaço pedonal se confunde com o estacionamento e vice-versa (...). A envolvente à Igreja Matriz, o parque que temos é insuficiente. Poderá ter uma intervenção de triplicar os lugares sem impermeabilizar mais, ou seja, mantendo a impermeabilização.

- Requalificar toda esta área envolvente à Matriz, criando uma escadaria monumental que dignifique o edifício e que saliente a importância do edifício. Criar algum tipo de habitação na zona da COOPOBOR, para trazer mais gente para o centro.

- A zona do Castelo que tem a situação do Largo da Misericórdia, com um quarteirão praticamente devoluto e arruinado. O antigo Centro de Saúde um edifício enorme, que precisa de um novo uso, mas que não será fácil defini-lo. Temos de pensar que para reabilitar tem de haver pessoas, não podemos pensar em Centros Históricos ou Urbanos, sem pensar em gente, se não pensamos assim não há hipótese de reabilitar, não há investimento (...).

Todas estas ações, reabilitação de edifícios particulares para habitação, a execução coerciva de obras pelo município.

- A Implementação da Estratégia Local de Habitação, que em determinados edifícios devolutos, dentro do Centro Histórico, pode ser uma boa forma de captar novos habitantes para o Centro Histórico.

- O Apoio Municipal a indivíduos e famílias carenciadas. A venda ou o arrendamento forçado é uma situação que pode acontecer.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

- O desenvolvimento e a integração da Estratégia Local de Habitação, que pode ajudar inclusive a resolver problemas, destes urbanos.
- A defesa e o fomento do arvoredo urbano. Naquela ideia que eu vou mostrei há pouco da envolvente, junto á Matriz, as que aparecem aqui, são as existentes, todas as outras seriam as propostas (...). Já fizemos alguns contactos, inclusive com o Ministério da Cultura em saber qual era a abertura para uma intervenção de fundo na zona central e Borba (...). Até agora temos tido uma boa receptividade à abordagem.
- Temos passeios onde se consiga circular, onde se consiga estar e onde passe uma cadeira de rodas sem problemas. Onde haja estacionamento também. É possível coabitar tudo, sem atrapalhar o espaço dos outros.

Ao implementarmos uma grande quantidade de arvoredo, isso influência na ação climática.

- O Gabinete de Reabilitação e Habitação é extremamente importante num contexto de um centro de uma cidade, especialmente de uma cidade histórica. Existe, lá alguém que houve as pessoas, houve o munícipe, ouve o empreiteiro (...), dirigem-se aos serviços técnicos com o seu projeto, com a sua estratégia e com os Planos de Ordenamento em vigor. Este Gabinete tem obrigação de apoiar em termos sociais e ir procurar onde estão os apoios para a família carenciada. Encaminhá-la e fazer uma articulação com os serviços sociais da Câmara e os serviços técnicos (...), com toda a gente. É para isto que serve um Gabinete destes.

Além do mais, prestar apoio ao Município em si, em termos de fiscalização de obra, em pequenos projetos de famílias carenciadas (situação das obras coercivas).

- Processos de verificação de conservação e localização;
- Isenção das taxas municipais para os processos que vêm á Câmara,

Basicamente, questões de Fiscalização, Planeamento, Espaço Público, Reabilitação Urbana.

As prioridades que estão definidas são:

- A criação do tal Gabinete e na prática urgente, apostar nesta vertente, a requalificação e reabilitação de infraestruturas, com os restantes serviços (...), para haver uma coerência entre todas as intervenções.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

Essencialmente estas vertentes seriam essenciais, e por esta ordem de prioridades.

Neste momento temos um investimento previsto (...), isto é uma previsão a 15 anos, contudo o que isso vale (...).

O membro Jorge Pinto usou da palavra e disse "(...), isto é uma matéria muito densa, e a primeira questão que se deve colocar, é se na forma como estar, se deve ir para discussão pública ou se devemos ponderar alguns dos seus aspetos, que eu vou colocar:

1 - A forma como temos de confrontar o cidadão, com as alterações de mobilidade. Eu digo que este Plano, para ser concretizável no que diz respeito à revolução urbana, carece só de nós afirmarmos questões como aquelas que eu vou colocar.

- Rua Dr. Ramos de Abreu – chegar ali com uma retroescavadora e tirar aquele sinal, que diz que é uma principal via de circulação interurbana, determinando que aquela Rua passa a ser uma Rua exclusivamente de circulação de moradores.

O mesmo para a Rua António Joaquim da Guerra.

Ser um pouco mais radical e dizer que na Rua Nunes da Silva, só pode haver movimento de residentes para cargas e descargas. E dizer que na Zona do Castelo, não há automóveis sem exceção de cargas e descargas. Ou dizer, que a Rua 1.º de Maio quando tiver condições só uma Rua de um só sentido.

Estas propostas não estão objetivadas, para discussão pública com esta clareza. Estão colocadas de forma vaga (...).

Não vale a pena dizer-se que em tal sítio na Rua tal, uma recuperação de um clandestino, se obrigou hoje a meter madeira (...), quando ao lado o que existe é alumínio de toda a maneira e feitios. O cidadão não percebe isto! Nós precisamos de criar um Plano de Recuperação da imagem urbana, incentivando, e para isso precisamos de um envelope financeiro (...), para informar as pessoas.

Existem outro tipo de problemas que aqui estão que foram colocados à escala de Borba.

O que eu deixo aqui à consideração, na falta de tempo, eu tenho esta dúvida, se as coisas, embora tenham evoluído, se devem ir para a discussão pública tão abertas, ou se deveríamos ter uma



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

reunião de trabalho onde pudéssemos densificar alguns dos seus aspetos potencialmente mais polémicos, no sentido de saber qual é a receção do cidadão”.

A membro Sara Anselmo desejou boa tarde a todos os presentes, a intervenção dos eleitos do PS, vai no sentido. Este documento mereceu toda a nossa atenção, mas importa alertar para a análise das caracterizações demográficas e quadro sócio económico, porque já temos censos de 2021 e a vossa análise baseia-se em 2001 e 2011 e porque não o de 2011 e 2021?

Da análise do documento, gostaríamos que nos fossem prestados esclarecimentos para 3 questões:

1 – Na temática do eixo de intervenção, no que respeita ao apoio ao desenvolvimento económico local, página 35. Com a adoção de uma identidade e referência para o Centro Urbano, para atração de clientes, população e visitantes, existe algum estudo, alguma estratégia de marketing dirigido para o território? Ou se, estão a equacionar essa possibilidade? Pois referimos que é uma ferramenta de trabalho, e é importante para a firmação e projeção de um território, independentemente da sua dimensão.

2 – Relativamente, á descrição dos objetivos e ações programadas, mais precisamente na alínea K da página 51 e 52, onde se refere “os programas de financiamento a indivíduos e agregados familiares, que comprovadamente se encontrem em situação precária”. Questionamos se existem critérios de seleção para atribuição dessas verbas ás respetivas famílias carenciadas.

Na nossa perspetiva, julgamos importante a existência de critérios de seleção para o desenvolvimento no trabalho, mais preciso e transparente.

3 – No mesmo ponto (alínea K), relativamente à venda e arrendamento forçado, o investimento tem um cariz particular, correto? Sendo particular, os proprietários poderão usufruir dos benefícios fiscais apresentados na ARU?

No Mapa dos Incentivos, estão indicados como meta, 5 intervenções, na parte do forçado, nós perguntamos se existe já alguma sinalização para essas 5 ou se o objetivo é expectável “.

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e disse “(...), pergunto, se for para discussão pública neste momento, as pessoas podem se manifestar de uma forma muito objetiva e clara e ganhamos tempo, certo?”



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

O Arquiteto Rui Rodrigues respondeu “(...)”, o Plano de mobilidade, é uma consequência da ORU. Essas questões virão no Plano de Mobilidade. A ORU/PERU, a seguir tem que fazer tudo aquilo que é setorial e aí sim, novamente discussão pública. Isso relativamente à situação da circulação automóvel.

A seguir um dos objetivos, é fazer um Plano de Circulação, implementá-lo, discussão pública, e aí já não são só as ruas que enumerou, terão de ser todas.

Sobre as outras questões há um Regulamento a elaborar, que terá de ir à Câmara e a esta Assembleia, onde todas essas questões serão aprofundadas.

Neste momento este documento pretende ser, uma Estratégia Global de Intervenção, a sua profissionalização para implementação no terreno, é a mesma coisa que a obra de requalificação da Zona envolvente à Matriz, obriga a um projeto, obriga a um projeto de execução, vir á Câmara (...), a uma orçamentação, obriga a um concurso público para a sua execução. A maior parte destas ações obrigaram a todos esses procedimentos.

A ORU/PERU, é um documento estratégico (...). Não pretende ser um projeto de execução de nada.

Sobre a questão do marketing, a mesma coisa. A partir daí, tendo a ORU, a sua quantificação, tendo as pessoas a tempo inteiro a trabalhar nelas, passa-se para a questão da estratégia, de quais serão as ações para a tipificação de cada ação concreta.

A questão dos incentivos, estão previstos na Lei Geral e estão também no Regulamento.

A Arquiteta Raquel Pereira reforçou a intervenção do Arquiteto Rui Rodrigues “(...)”, conciliar com as preocupações desta Assembleia, sugerindo que haja recomendações da Assembleia, relativamente a certos aspetos. Nós já percebemos e explicámos, que isto é uma Estratégia, não podemos estar a tratar todos estes assuntos, como se fosse um projeto de execução (...), senão apresentaríamos a ORU daqui a 12 ou 13 anos.

Portanto, é uma Estratégia, que obriga, vincula, compromete o Município a executar a ir executando os projetos e consolidando a discussão pública necessária a alguns destes projetos, nomeadamente a alteração á circulação (...).



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

Relativamente, á venda ou arrendamento forçado, só para completar o que já referido, é uma boa questão, mas é jurídica. Eu entendo, que não, porque a renda ou arrendamento forçado, só acontece quando é o próprio Município a insistir e substituir-se ao proprietário. Se o mesmo não executou a obra, não pode ter direito a nenhum benefício fiscal, pelo contrário.

Eu entendo que não temos tempo, que se calhar não temos condições, mas a equipa externa e a Arquiteta Ana Malta, gostavam de apresentar ou responder a algumas questões que foram colocadas aqui, à Revisão do PDM”.

A Presidente da Assembleia Municipal respondeu “(...), obviamente que não vai ser agora, porque essa fase já passou, já estamos noutra ponto da ordem de trabalhos”

A Arquiteta Ana Malta usou da palavra e disse “(...), nós gostaríamos de ter tido a oportunidade de esclarecer algumas questões que foram aqui colocadas e algumas afirmações que foram feitas, até porque teríamos resposta para elas”.

A Presidente da Assembleia Municipal respondeu “(...), marcaremos outra sessão da Comissão, essa fase já passou”.

De seguida a **Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, colocou o documento a votação, tendo o mesmo, sido **aprovado por maioria, com sete votos a favor** (eleitos do MUB) e **dez abstenções** (seis eleitos do PS, três eleitos do PSD e um eleito da CDU), que o **Projeto da ORU/PERU de Borba, está em condições de ser submetido a discussão pública.**

No momento da votação estavam ausentes da sala (14: 01h), dois membros do MUB.

O membro Paulo Mendanha perguntou “(...), Senhora Presidente, eu apresentei um Voto de Louvor, não sei se ele foi votado ou não, no Período antes da ordem do dia”.

A Presidente da Assembleia Municipal respondeu “(...), agora também é extemporâneo, mas vou-lhe responder: não pode ser votado porque os votos de louvor só podem ser votados quando estão na ordem do dia.

E como foi apresentado no período antes da ordem do dia (...), o senhor provavelmente, baseou-se no artigo 43, n.º 3 do Regimento em que são admitidos à discussão e incluídas na ordem do dia,



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

as propostas referidas no n.º 2 da alínea d) (...), sejam apresentados à Mesa da Assembleia até às 17 horas do dia anterior ao da realização da sessão da Assembleia Municipal (...).

Eu li com toda a atenção o email que me enviou (...).

Esta norma aqui prevista no Regimento, não se aplica às sessões extraordinárias nem às sessões solenes, por essa razão e cumprindo o nosso Regimento e o art.º 50.º da Lei do Regime Jurídico das Autarquias Locais, tal como eu lhe sugeri, e foi assim que a Mesa o entendeu, deveria passar-se no Período Antes da Ordem do Dia. Neste período não existem deliberações, por isso o ponto não foi deliberado”.

O membro Paulo Mendanha insistiu em retomar a palavra, mas a Presidente da Assembleia não lhe concedeu, pelo facto de este assunto ter sido apresentado no Ponto Dois desta ordem de trabalhos.

PONTO QUATRO: Segundo período de intervenção do público

O senhor Ângelo de Sá usou da palavra e disse “(...), isto que se passou hoje aqui, é um bom exemplo, daquilo que deveria ter sido feito quando se pensou na Revisão do PDM. Juntar numa reunião as pessoas interessadas, para que opinassem, mais que preocuparem-se com as coisas que decorrem da lei.

Em relação ao envolvimento dos parceiros, quero dizer-vos que lamento profundamente, que alguns organismos que lançam no Território milhões de euros, nomeadamente, no concelho de Borba, nem sequer tenham sido abortados no sentido de opinar aquilo que fosse. Mais, um desses elementos, que é Associação Montes Claros, que até faz parte deste organismo e com o qual vamos ter uma reunião na próxima segunda-feira, não tivesse sido meramente abordada.

É muito importante que as pessoas, quer em termos políticos, quer em termos técnicos, não tens de “abandar” a cabeça á tutela. A tutela tem a tendência para retrair, não desenvolver (...). É preciso bater o pé à tutela sempre que entendemos que temos razão.

Em relação ao Polo Tecnológico, dizer-vos que este tema é interessante (...), faço minha grande parte das palavras do membro Jorge Pinto. Acho muito difícil que o Ministério das



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

Infraestruturas dê parecer favorável a este Plano Diretor Municipal, com a instalação de um Polo naquela área (...).

Os Perímetros Urbanos, é preciso serem devidamente ponderados (...), pois propõem-se 12 UOPG (...).

Em relação às Industriais Agroalimentares, talvez fosse importante retomar a ideia que está no PDM em vigor (...), de estas indústrias estarem em propriedades rurais.

Em relação PDM, não se preocupem muito que daqui a 2 anos, quando houver a revisão do PROTA, temos aqui outra vez, a questão para discutir.

Lamento que os dados utilizados no PERU tenham sido os dados de 2001/2011.

Quando se fala em Benefícios Fiscais, alerta para a ilegalidade que se comete, quando há benefícios fiscais, tem que obrigatoriamente, haver um regulamento para esses benefícios fiscais, e tem se aprovado pela Câmara e pela Assembleia Municipal”.

Seguidamente, a **Senhora Presidente da Assembleia**, informou que iria ser lida em voz alta e votada a **minuta** da ordem de trabalhos, nos termos do disposto nos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro). A minuta foi aprovada **por unanimidade** dos presentes.

Por não haver mais assuntos a tratar a **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão, pelas catorze horas do dia vinte e sete de maio, da qual se lavrou a presente ata composta por trinta e duas páginas, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria João Barroso Lopes

O Primeiro Secretário

Jorge Manuel de Oliveira Pinto



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

as propostas referidas no n.º 2 da alínea d) (...), sejam apresentados à Mesa da Assembleia até às 17 horas do dia anterior ao da realização da sessão da Assembleia Municipal (...).

Eu li com toda a atenção o email que me enviou (...).

Esta norma aqui prevista no Regimento, não se aplica às sessões extraordinárias nem às sessões solenes, por essa razão e cumprindo o nosso Regimento e o art.º 50.º da Lei do Regime Jurídico das Autarquias Locais, tal como eu lhe sugeri, e foi assim que a Mesa o entendeu, deveria passar-se no Período Antes da Ordem do Dia. Neste período não existem deliberações, por isso o ponto não foi deliberado”.

O membro Paulo Mendanha insistiu em retomar a palavra, mas a Presidente da Assembleia não lhe concedeu, pelo facto de este assunto ter sido apresentado no Ponto Dois desta ordem de trabalhos.

PONTO QUATRO: Segundo período de intervenção do público

O senhor Ângelo de Sá usou da palavra e disse “(...), isto que se passou hoje aqui, é um bom exemplo, daquilo que deveria ter sido feito quando se pensou na Revisão do PDM. Juntar numa reunião as pessoas interessadas, para que opinassem, mais que preocuparem-se com as coisas que decorrem da lei.

Em relação ao envolvimento dos parceiros, quero dizer-vos que lamento profundamente, que alguns organismos que lançam no Território milhões de euros, nomeadamente, no concelho de Borba, nem sequer tenham sido abortados no sentido de opinar aquilo que fosse. Mais, um desses elementos, que é Associação Montes Claros, que até faz parte deste organismo e com o qual vamos ter uma reunião na próxima segunda-feira, não tivesse sido meramente abordada.

É muito importante que as pessoas, quer em termos políticos, quer em termos técnicos, não tens de “abandar” a cabeça á tutela. A tutela tem a tendência para retrain, não desenvolver (...). É preciso bater o pé à tutela sempre que entendemos que temos razão.

Em relação ao Polo Tecnológico, dizer-vos que este tema é interessante (...), faço minha grande parte das palavras do membro Jorge Pinto. Acho muito difícil que o Ministério das



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

Infraestruturas dê parecer favorável a este Plano Diretor Municipal, com a instalação de um Polo naquela área (...).

Os Perímetros Urbanos, é preciso serem devidamente ponderados (...), pois propõem-se 12 UOPG (...).

Em relação às Industriais Agroalimentares, talvez fosse importante retomar a ideia que está no PDM em vigor (...), de estas indústrias estarem em propriedades rurais.

Em relação PDM, não se preocupem muito que daqui a 2 anos, quando houver a revisão do PROTA, temos aqui outra vez, a questão para discutir.

Lamento que os dados utilizados no PERU tenham sido os dados de 2001/2011.

Quando se fala em Benefícios Fiscais, alerta para a ilegalidade que se comete, quando há benefícios fiscais, tem que obrigatoriamente, haver um regulamento para esses benefícios fiscais, e tem se aprovado pela Câmara e pela Assembleia Municipal".

Seguidamente, a **Senhora Presidente da Assembleia**, informou que iria ser lida em voz alta e votada a **minuta** da ordem de trabalhos, nos termos do disposto nos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro). A minuta foi aprovada **por unanimidade** dos presentes.

Por não haver mais assuntos a tratar a **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão, pelas catorze horas do dia vinte e sete de maio, da qual se lavrou a presente ata composta por trinta e duas páginas, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria João Barroso Lopes

O Primeiro Secretário

Jorge Manuel de Oliveira Pinto



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2023)

O Segundo Secretário

Sara Cristina Alpalhão Anselmo